



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 5 DE JUNHO DE 1996

Senhor Ministro Gustavo Krause; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhora Senadora; Senhores Senadores; Deputados; Senhoras e Senhores;

As palavras do Ministro Krause, com a expressividade que lhe é própria, já foram suficientes para entendermos o significado deste nosso encontro aqui. É a rememoração de que, há um ano, nós tínhamos tomado algumas decisões a respeito das questões ligadas à preservação dos recursos hídricos, sobretudo da bacia do São Francisco.

Um ano depois, ao fazer a avaliação dos avanços havidos, o Ministro Krause mostrou, de maneira bastante concreta, o significado de nós entendermos o problema da Amazônia e do meio ambiente sem excluir aquilo que é fundamental – pelo contrário, valorizando aquilo que é fundamental, que é o modo de vida da população e da população mais carente da Amazônia.

Não haveria preservação do meio ambiente digna desse nome se não quando fosse ela capaz de acrescentar à dimensão de respeito à natureza o respeito ao homem, que também faz parte da natureza.

Portanto, há uma continuidade entre as atividades humanas e a reprodução das condições de vida no sentido amplo. Isso é fundamental para o nosso governo e para o nosso país. É o que está sendo feito.

São programas que têm um alcance importante. No caso do Prodex, nós vamos ter à disposição daqueles que se dedicam ao extrativismo cerca de 24 milhões de reais, se não me falha a memória. E o que é fundamental, também ressaltado pelo Ministro Krause, é que o dinheiro tem que chegar, lá na ponta, àqueles que dele realmente necessitam e que não têm o hábito de ir aos grandes bancos. É bom que os grandes bancos também, pouco a pouco, aprendam a financiar os muito pequeninos. Alegro-me ver que, entre nós, hoje, há alguns banqueiros que têm essa consciência e felicito o Dr. Bornhausen por estar aqui presente, entre nós.

Acredito que é fundamental entender que, hoje, a função de financiar deixa de ser a função de financiar apenas os grandes. Temos que financiar as pessoas que precisam. Eu me recordo de que estava na Amazônia – a Senadora lá estava, no café, pela manhã – e eu disse que nós precisaríamos fazer bancos para o povo. O povo não tem o hábito de entrar nem nas Caixas Econômicas, porque aquilo tudo é muito complicado, são estruturas muito complexas, que afastam a pessoa mais simples da fonte de financiamento.

As experiências havidas pelo mundo afora – sobretudo uma famosa, em Bangladesh – mostram que o que é preciso é que haja formas quase comunitárias, senão comunitárias mesmo, de financiamento. Muitas vezes, a pessoa não tem bens para servir de aval: então, uns avalizam os outros. Também, como disse o Ministro Krause, os estudos todos mostram que o calote não é próprio do povo. Calote quem dá é rico – nem todos, ainda bem. Na verdade, há muito maior propensão – a expressão é extraordinária – ao calote numas certas camadas da população do que noutras. As mais pobres são as que melhor pagam; pagam com constância, ficam realmente obcecadas pela idéia de que, no fim do mês, têm que pagar. Muitas vezes, falta um recurso muito pequenino para que possam avançar na sua forma de trabalhar.

Pois bem, esse programa de apoio ao extrativismo junta tudo isso, numa concepção que é inovadora no que diz respeito a quem vai ter acesso aos recursos, com a condição de que esse acesso seja para que se faça uma atividade – como é a extrativista – condizente com a preservação da riqueza ambiental. Isso é muito importante.

A Senadora fez propaganda da castanha do Acre. Não foi em detrimento da do Pará, tenho certeza – gosto mesmo é de bombom de cupuaçu: vi que na cesta tem bombom de cupuaçu (*risos*); já no caminho, vou começar a comer bombom de cupuaçu, vou engordar um pouquinho mais (*risos*). De qualquer forma, acho que essa preocupação com o extrativismo é essencial, é básica.

Ainda recentemente, o Embaixador Sardenberg me fez um relatório de uma visita dele a Rondônia, no qual comentava, até, a simbiose que havia lá entre o extrativismo e a população indígena; e certos equívocos, como o de querer afastar os extrativistas do contato com os indígenas. Mostrava esse relatório do Embaixador que, pelo contrário, esse contato é uma forma de convivência viável. Muitas vezes, há a idéia um pouco purista de que não deve haver contato. É uma idéia equivocada. Tem que haver um bom contato, tem que haver um contato que não seja destruidor.

Para esses empresários do Brasil, o extrativismo é a forma, por excelência, que vai permitir condições de vida decente, digna e condições ambientais que não sejam danificadas por força de exploração lesiva ao patrimônio da Humanidade, como o caso da Amazônia.

Temos outro programa muito importante também, um dos maiores que estamos realizando aqui. São 40 milhões de reais, com o apoio do Banco Mundial. Ora, uma das riquezas nossas mais fundamentais é a biodiversidade, não só porque permite a reprodução da vida, como porque permite que se estude melhor uma quantidade imensa de formas de vida, vegetal, animal, que temos aqui e que podem ser úteis até do ponto de vista médico, do ponto de vista científico, de vários pontos de vista.

Temos uma riqueza enorme, em termos de biodiversidade. Não é só na Amazônia, não. A biodiversidade aqui, nesta zona central do

Brasil, nesta zona, aqui, dos cerrados é de uma riqueza extraordinária. E nunca deixo de citar a Mata Atlântica, porque tenho medo do Fábio Feldman (*risos*). Imagino que lá também haja alguma biodiversidade. É isso tudo que acho que temos no Brasil – e temos sido tão descuidados em ver que isso é uma riqueza extraordinária.

Agora, temos programas específicos que começam a dar um certo alento, a mostrar que há uma consciência no País, há prática – porque não basta a consciência –; há prática e os recursos para poderemos atender a essas questões.

Pois bem, o fundamental é que haja, realmente, um acompanhamento. O Ministro anunciou que, na semana que vem, nós vamos constituir uma comissão para acompanhar os trabalhos. É muito difícil, num país tão grande como o Brasil, diverso, como se sabe e acabei de mencionar, é muito difícil, realmente, saber, lá na ponta, o que está acontecendo. Muitas vezes, aqui, no Planalto, nós assinamos um decreto e vamos para casa felizes. Depois de algum tempo, a gente vai ver: o que aconteceu com o decreto. Nem sempre aconteceu alguma coisa. É preciso que aconteça, e só se pode saber se acontece ou não se houver uma relação entre a comunidade e o Governo. Essa relação não é para apoiar o Governo, não – é bom que apóie, também, mas não é para isso, pode não apoiar: a relação é para o País saber se está acontecendo alguma coisa e para nós podermos, em conjunto, ir corrigindo o que está sendo deficiente. Então, essa comissão é, também, uma maneira de se mudar o modo de administrar.

Por essas razões todas, num dia como hoje, em que comemoramos o Dia do Meio Ambiente, é preciso reiterar que o grande espetáculo do mundo moderno, ao contrário do que muitos pensam, é justamente a multiplicidade das ações pequenas. Por isso é que o Estado, na sua forma autoritária, perde até significado, porque é uma coisa longínqua, é uma coisa pomposa, solene, em que, depois, não acontece nada ou, quando acontece, é só para os grandes. A diferença, no mundo moderno, num mundo mais aberto, mais democrático, é que as coisas têm que acontecer todo o tempo e até anonimamente e com

mecanismos que não sejam somente centralizadores, senão que sejam mecanismos de descentralização.

Essa é a verdadeira novidade do mundo moderno. A novidade não é, propriamente, a de se repetir grandes feitos. Talvez, no futuro, como existem essas tantas tumbas do soldado desconhecido, nós tenhamos homenagens ao administrador anônimo, não é? Já é difícil o administrador, mesmo não sendo anônimo, ter uma homenagem. Agora, quem sabe haja uma chance para que se reconheça a importância daqueles que fazem as coisas caminharem. Só que quem faz as coisas caminharem na sociedade democrática é o próprio povo, que se organiza. E o Governo tem que ter noção da importância disso e da sua própria limitação como Estado. O Estado só pode ser pensado, hoje, para ser um Estado realmente eficaz, na medida em que ele é poroso, em que permite contatos com outras formas de organização, que não são estatais mas que levam adiante as transformações.

Então, sabedores disso, estamos muito contentes de termos a possibilidade, neste ato, hoje, nesta manhã aqui, da presença de setores tão ligados ao extrativismo no Brasil, porque estamos percebendo que, na verdade, o Brasil realmente está mudando.

Acho que vou terminar dando dois simples exemplos dessa mudança: um é que, para surpresa de muitos, nós fizemos uma exposição, no andar térreo deste palácio, de algumas estátuas, umas de Rodin. Houve muita resistência à idéia: por que fazer no palácio do Presidente da República uma exposição, primeiro, de estátuas, que são artísticas e sofisticadas e, segundo, aberta ao povo? Há uma certa contradição: poder é uma coisa que não deve se compagnar com a presença da massa ou com a Arte?

Bom, isso era antes. Fizemos a exposição aqui e foi um sucesso, em termos de Brasília. Já tentamos fazer exposições em vários lugares. Aqui, veio mais gente do que em qualquer outro lugar: entraram no palácio, coisa e tal, pusemos um anúncio bonito na porta, e o palácio virou um pouco uma espécie de museu – não um museu nosso, aqui não somos um museu – lá embaixo, de artistas famosos. E a vida do palácio passou a ser dada pela população, não é isso? A po-

pulação passou a entrar e ver como é, olha lá e, de repente, vê Rodin – talvez nem saibam alguns o que significa Rodin, mas vêem uma estátua bonita.

A imprensa só quis, o tempo todo, me fotografar ao lado de umas estátuas nuas. Não me incomoda. É uma obra de arte. É preciso acabar com esses preconceitos. A dignidade do Presidente da República não está nisso, está, principalmente, no oposto a isso: em entender que a Arte é uma dimensão da vida e que o povo tem que estar ali, junto. Não fosse a segurança, que não deixa, eu estaria sempre.

Isso mostra que, se as coisas mudam, o modo de você lidar com a sociedade tem que mudar. O outro fato é isto mesmo: nós estarmos aqui, nesta manhã, tomando algumas medidas que têm efeito para certas camadas da população; e que o tenhamos feito com o espírito do Ministro Krause. Baixou o espírito do Krause até em mim, que, de repente, em vez de fazer um discurso muito formal, quero apenas expressar, de todo o coração, a minha alegria por este encontro. Tenho certeza de que vai ter resultados, e resultados que nem vamos registrar, porque vão ser lá embaixo, na base da sociedade. E é isso que conta para nós todos.

Muito obrigado.